

A RESTAURAÇÃO DA DIOCESE DE BRAGA EM 1070

A data da restauração da diocese de Braga e da consequente nomeação do primeiro bispo D. Pedro está ainda por averiguar com precisão, apesar dos esforços de vários historiadores, que indicam como limites extremos os anos de 1067 ⁽¹⁾ e 1072 ⁽²⁾.

A opinião mais corrente é, todavia, a dos anos 1070 e 1071, como diz Carl Erdmann: «Cêrca de 1070 ou 1071 Braga é elevada de novo a diocese», o qual parece preferir 1070: «Já dos primeiros anos do pontificado do bispo Pedro (entre 1070-1093) encontramos diplomas que falam duma *cathedra metropolitana*» ⁽³⁾.

O ilustre medievalista e Professor Cónego Pierre David, que consagrou notabilíssimos trabalhos à nossa história e cultura medievais, não conseguiu resolver a dificuldade, perfilhando a opinião de Erdmann: «Un évêque fut designé par Sanche, frère et vainqueur de Garcia (1070 ou 1071). Pierre ce nouvel évêque...» e «Pierre nommé vers 1070» ⁽⁴⁾.

(1) «E sendo sua entrada no Bispado em tempo del Rey Dom Sancho, e como aponta o Cathalogo dos Bispos de Braga no ano de 1067», Frei António Brandão, *Monarchia Lusitana*, Terceira Parte (Lisboa, 1632), fl. 12; «Entrou o Arcebispo Dom Pedro em Braga a tomar posse da sua Igreja pellos annos de Christo de 1067», Dom Nicolau de Santa Maria, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes de S. Agostinho*, I.ª P. (Lisboa, 1668), p. 240.

(2) «Entrou o Arcebispo Dom Pedro nesta Igreja pellos annos de 1072, pouco mais ou menos», D. Rodrigo da Cunha, *Historia Ecclesiastica dos Arcebispos de Braga...* I.ª P. (Braga, 1634), cap. CXIX, p. 470.

(3) *O Papado e Portugal no Primeiro Século da História Portuguesa* (Coimbra, 1935), p. 7; Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, I (Coimbra, 1910), p. 599, e P. Miguel de Oliveira, *História Ecclesiastica de Portugal* (Lisboa, 1948); p. 129 e 429.

(4) *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e Siècle* (Paris, 1947), p. 140 e 429.

Embora seja relativamente escassa a documentação existente, parece-nos que, passando-a em revista e examinando-a a uma nova luz, se pode concluir, com relativa segurança, que a restauração da diocese de Braga e a nomeação de D. Pedro se deram em 1070.

Não sendo aceitável a afirmação do *Catálogo dos Bispos de Braga* (5), que atribuiu a nomeação de D. Pedro a 1067, é de 1 de Maio de 1070 o primeiro documento em que D. Pedro aparece como bispo desta cidade (6). Este documento e outros que o mencionam como bispo de Braga na primeira metade de 1071 põem-nos diante dum sério dilema — ou estes documentos são suspeitos ou, pelo menos, mal datados ou então D. Pedro foi eleito não pelo rei D. Sancho II, como sempre se tem dito, mas sim por D. Garcia.

Já vários historiadores se deram conta da dificuldade, procurando resolvê-la de maneiras diferentes. Assim, para João Pedro Ribeiro o documento de 1 de Maio de 1070 é inaceitável por se não harmonizar com a cronologia de D. Garcia na Galiza (7). O Cardeal Saraiva e Mons. José Augusto Ferreira, por sua vez, anteciparam a deposição de D. Garcia para 1070, ano em que collocaram a eleição de D. Pedro (8). Pierre David, finalmente, depois de ter afirmado por três vezes (9) que D. Pedro fora eleito

(5) Este *Catálogo*, mencionado por Frei António Brandão, é, talvez, o mesmo que Mons. Ferreira (*Fastos*, I, doc. N.º 3 do apêndice) diz ter existido na sacristia da sé de Braga. A documentação fidedigna que neste trabalho utilizamos não permite recuar a data da eleição de D. Pedro para 1067. Já é mais verossímil a data de 1069 indicada num outro *Catálogo* (*Fastos*, I, doc. N.º 1 do apêndice).

(6) «Regnante Adfonsus princeps in Galicia, in Bracara Petrus episcopus, in Colimbria Sisnandus alvazir. Mandante Alahoveines Piniolo Garcias», *Diplomata et Chartae*, n.º 490.

(7) «Ainda que o arcebispo de Braga D. Pedro e o governador de Coimbra D. Sesnando conviessem na Era de 1108 (*ano de 1070*), não pode combinar-se esta data com os três Artigos seguintes, em que se suppõe ainda D. Garcia governando no fim deste anno e no seguinte a Galliza. E se acreditarmos o Relatório do Artigo 22, em que o Arcebispo D. Pedro se diz eleito por intervenção de D. Sancho depois de vencer e destronizar a seu irmão D. Garcia, não era elle ainda arcebispo na Era de 1108, nem delle tenho encontrado memoria antes de Julho, e Setembro da Era 1109», *Dissertações Chronologicas e Criticas*, III (1857) P. I, p. 9 e 10, nota (a).

(8) «El-Rei D. Sancho (...) no ano de 1070 nomeou ou fez eleger para Bispo D. Pedro, que seguia o seu partido», *Obras Completas*, I (Lisboa, 1872), p. 74 e 75; «D. Sancho (...) prosseguiu na restauração da Igreja Bracarense, e no anno 1070 fez eleger para Bispo D. Pedro, que naturalmente seguia o seu partido», «Reinado de D. Garcia na Galliza e Portugal (1065-1070)» e «Reinado de D. Sancho II na Galliza e Portugal (1070-1072)», nos *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, I (Braga, 1928), p. 187, 184 e 186.

(9) Além da citação indicada na nota (4), «Son frère Sanche a rétabli Braga et Lamego» e «l'évêque Pierre (...) créature de Sanche II», *Études*, p. 167 e 423.

por Sancho II, ficou na dúvida e escreveu: O bispo «C'était alors Pierre nommé vers 1070 par Garcia ou Sanche II, et mis en possession de ce siège non encore rétabli dans la dignité archiepiscopale» (10).

O ilustre historiador foi, que saibamos, o primeiro a admitir a possibilidade de D. Pedro ter sido eleito por D. Garcia. E a dificuldade em fixar a eleição em 1070 ficará, na verdade, definitivamente resolvida, se se conseguir provar que esta se deve a D. Garcia.

Examinemos, portanto, os documentos, que, para melhor ordenação, podemos dividir em três grupos: — 1) Os últimos documentos relativos a D. Garcia; — 2) Os primeiros documentos em que D. Pedro aparece como bispo da Braga; — 3) Os documentos que expressamente se referem à eleição de D. Pedro.



1) Atestam-nos os documentos que D. Garcia reinou até meados de Março de 1071, pelo menos. É, com efeito, sua própria irmã D. Elvira que, na doação feita à sé de Orense, em 31 de Julho de 1071, afirma ter D. Sancho invadido a Galiza neste ano — *presenti anno, dum in hac provincia Galleciæ ingressus est domnus Sancius rex...*» (11).

Ora foi precisamente nesta invasão que ele venceu e destronou seu irmão D. Garcia, que, ainda a 1 de Fevereiro de 1071, doou Vilar de Mouros à sé de Tui (12). Foi ainda neste ano que os homens de armas de Portugal, sob o comando do conde Nuno Mendes, se revoltaram contra D. Garcia, que os venceu na batalha de Pedroso, em que Nuno Mendes perdeu a vida — *habebantque tunc caput in ipso bello comitem Nuno Menendiz; periit ipse ibi et cuncti alii sui fugerunt* (13).

(10) *Études*, p. 429.

(11) Flórez, *España Sagrada*, t. XVII, p. 247-250.

(12) *Diplomata et Chartae*, n.º 494. Esta doação foi posteriormente confirmada por D. Afonso VI — «Ego Alfonsus (...) hanc testamenti seriem, quam frater meus fieri precepit confirmo».

(13) *Chronica Gothorum*, nos *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, p. 10, e *Études Historiques*, p. 298. Gaspar Álvares Lousada transcreve numa crónica que diz estar na Torre do Tombo, Annário dos padroados: — «Aera 1109 Februario mense rex domnus Garsias...» (Arq. Dist. de Braga, Ms. de Lousada, fl. 11). O combate de Pedroso foi, portanto, em Fevereiro e não em Janeiro de 1071.

Este combate, travado entre Braga e o rio Cávado, não se deu na *Era 1109, 15.º calendas Februarii*, ou seja a 18 de Janeiro de 1071, como diz a *Chronica Gothorum*, porque um mês depois, a 17 de Fevereiro, ainda o conde Nuno Mendes e sua mulher a condessa D. Goncina doaram ao mosteiro de Santo Antonino de Barbudo, do concelho de Vila Verde, uma herdade que possuíam em Luivão, na vizinha freguesia da Laje, não longe do Cávado — *Ego comes Nunus Menendiz et uxor mea comitissa domna Goncina (...) Facta series testamenti XIII Kalendas Marcii Era M.º C.º VIII.º* ⁽¹⁴⁾.

Neste documento não deve haver erro quanto ao ano, porque, estando nesta parte do *Liber Fidei* a documentação disposta cronologicamente, a doação do conde Nunes Mendes se encontra entre um documento de 30 de Outubro de 1070 e outro de 31 de Maio de 1071 ⁽¹⁵⁾. Também não parece haver erro quanto ao mês, porque não é fácil confundir «XIII Kalendas Marcii» com «Februarii».

Torna-se, portanto, perfeitamente aceitável a data de 17^º de Fevereiro de 1071, o que obriga a corrigir a data atribuída ao combate de Pedroso pela *Chronica Gothorum*, que também errou ao datar a morte de Afonso V e a conquista de Coimbra ⁽¹⁶⁾.

Mesmo que a batalha de Pedroso fosse imediatamente depois desta doação, o que não é muito crível por o tempo de revoltas não ser propício a pacíficas doações, a deposição de D. Garcia nunca podia dar-se antes de Março. Mediou, efectivamente, um certo tempo entre essa batalha e a invasão de D. Sancho, que parece ter aproveitado o descontentamento produzido pelas opressões de D. Garcia, após a sua vitória sobre os Portugueses ⁽¹⁷⁾.

A idêntica conclusão chegaram, por outras vias, os editores da *História* de Mariana, que colocam a deposição de D. Garcia entre 26 de Março e 10 de Maio de 1071 ⁽¹⁸⁾.

(14) Arquivo Distrital de Braga, *Liber Fidei*, doc. n.º 253.

(15) Docs. 252 e 254. Se o doc. 253 não estivesse enquadrado entre estes de 1070 e 1071, poderia dizer-se que o escriba do *Liber Fidei* teria transcrito, por engano, *Era M.º C.º VIII.º* em vez de *Era M.º C.º VIII.º*.

(16) *Études Historiques*, p. 295, nota (2), e 297, nota (1).

(17) *Fastos*, I, p. 186.

(18) Assim o afirma João Pedro Ribeiro: «Contamos a D. Sancho II como Rei da Galiza, e portanto de Portugal (...). Os Editores da Hist. de Mariana da Edição de Madrid de 1787 Tom. III, Liv. IX, Cap. 8. pág. 323 not. 2, e pág. 328 not. 4 o supõe (a D. Garcia) destronizado por seu irmão D. Sancho entre 26 de Março, até 10 de

2) D. Pedro, por sua vez, pondo mesmo de parte o documento de 1 de Maio de 1070⁽¹⁹⁾, aparece como confirmante da doação feita pela princesa D. Urraca à sé de Tui, a 13 de Janeiro de 1071 — *Sub nutu divino Petrus Bracharensis ecclesiae episcopus confirmo*⁽²⁰⁾.

A 27 de Março deste mesmo ano, D. Pedro e os cónegos de Braga emprazaram a Manualdo, presbítero de S. Mamede de Este, uma herdade nessa vila, a que se referia já uma carta anterior — *per illa vestra carta quantum in ea resonat*. Esta segunda carta vem logo a seguir à de 27 de Março e com data de 19 de Fevereiro, sendo também do ano 1071, como noutra trabalho provaremos⁽²¹⁾.

Esta data não dá lugar a dúvidas, porque, além de estar expressa no documento — *Era M.^a C.^a VIII.^a, VI.^o Kalendas Aprilis* (27 de Março de 1071), está também escrita, e pela mesma mão, no índice de fls. 16 v. do *Liber Fidei*.

Sendo estes documentos feitos por *Petrus episcopus et omnes canonici Bracare*, temos de concluir que, em Fevereiro e Março de 1071, o cabido de Braga já estava organizado, o que nos obriga a antecipar uns meses a restauração da diocese e a nomeação de D. Pedro.

Mais ainda, a 1 de Maio de 1072, Gonçalo Monis fez doação de si mesmo e dos seus bens a D. Pedro para ser admitido no cabido, em que nove cónegos, cujos nomes cita, viviam em comunidade com o prelado e sob a regra de S. Gregório Magno —

Maio da era 1109, e deixão em dúvida se a Galiza foi logo por elle cedida a seu Irmão D. Affonso, a quem depois privou de todos os Estados», *Diss. Chron.*, II, p. 191, nota (e). A mesma afirmação se faz na edição de 1818, t. 6, p. 58, nota 2.

(19) Ao contrário do que supôs J. Pedro Ribeiro (Cfr. supra, nota 7), é perfeitamente admissível a existência do bispo D. Pedro já em Maio de 1070, como deste trabalho se concluirá. Também não traria dificuldades de maior a menção de Afonso VI como rei da Galiza em igual data, se se comprovasse a afirmação de Luis Gonzaga de Azevedo: «é certo que, em Maio de 1070 (D. Afonso) já se tinha apoderado da Galiza até ao Minho», *História de Portugal*, III (Lisboa, 1940), 9. Há, porém, uma dificuldade em que J. Pedro Ribeiro não reparou — a da letra. Os *Diplomata et Chartae* (n.º 490) chamam *charta autographa* a este documento. Ora, como a sua letra é a minúscula visigótica de transição, só podia ter sido escrito depois de 1080, tratando-se, portanto, ou duma cópia ou dum documento mal datado, o que justificaria o anacronismo de mencionar Afonso VI como rei da Galiza já em Maio de 1070.

(20) *España Sagrada*, t. XXII, p. 245-250.

(21) *Liber Fidei*, docs. 61 e 62.

sicut canon et regula Sancti Gregorii docet (...) omnia mea ad vobis Petro episcopo et omnibus clericis habitantibus in sede Bracara ⁽²²⁾. Este precioso documento prova-nos ainda que, anexa ao cabido e vivendo em comunidade com ele, existia já a escola da catedral, de que menciona quatro alunos — *una cum illos puerulos Mito Viliamondiz, Onorico Viliamondiz, Ordonio Daludiz, Ordonio Eldrebeiz*. Alguns destes membros do cabido e escola aparecem depois a desempenhar papel importante na vida da diocese ⁽²³⁾.

Ficamos, por conseguinte, a saber que a escola mais antiga de Portugal foi a da sé de Braga e não a da catedral de Coimbra, como até hoje sempre se tem dito: «A primeira escola em território português, de que temos notícia, foi fundada precisamente na cidade que nos séculos posteriores viria a ser o principal centro docente do país, e que ainda hoje é a sede da tradicional universidade portuguesa, uma das mais antigas do mundo: — Coimbra, cujas tradições escolares ascendem ao século XI» ⁽²⁴⁾.

O documento relativo à escola da sé de Braga é, todavia, algumas dezenas de anos anterior ao de Coimbra, porque este, embora datado de 1086, só deve ter sido redigido entre 1132 e 1135 ⁽²⁵⁾.

Como a Igreja de Braga, quando da sua restauração, estava arruinada e sem bens, a existência da escola catedralícia em 1 de Maio de 1072 pressupõe a restauração da diocese feita bastante tempo antes, porque aliás não haveria casa nem meios para a sustentar. A idêntica conclusão nos leva, como dissemos, a existência dum cabido relativamente numeroso nos princípios de 1071.

Conjugando todos estes dados, não será arriscado dizer que a restauração de Braga e nomeação de D. Pedro devem datar de meados de 1070, pelo menos ⁽²⁶⁾.

(22) *Liber Fidei*, doc. 627.

(23) *Documentos Medievais Portugueses*, III, n.º 226.

(24) Mário Brandão e M. Lopes de Almeida, *A Universidade de Coimbra* (1937), p. 1.

(25) «Selon toute vraisemblance, c'est entre 1132 et 1135 que la charte de Sisenand et de Paternus aura été rédigée dans sa forme actuelle», Pierre David, *Regula Sancti Augustini*, na «Revista Portuguesa de História», III (1943), p. 39.

(26) O Cardeal Saraiva chegou a idêntica conclusão: «... as nomeações destes dous Bispos (*de Braga e de Lamego*) foram feitas, pelo menos, no ano de 1070, pois já nos princípios de Janeiro de 1071 confirmão como Bispos» (*Obras*, I, p. 76). Não reflectiu, porém, que, para fazer esta afirmação, tinha de atribuir a sua eleição a D. Garcia e não a D. Sancho, como fez.

3) São três os documentos que expressamente se referem à nomeação de D. Pedro para bispo de Braga: o n.º 20 do *Liber Fidei*, chamado *Crónica de Braga* por Erdmann e *Relatório* por João Pedro Ribeiro e por Mons. Ferreira ⁽²⁷⁾, e as doações da princesa D. Elvira, irmã de D. Garcia e de D. Sancho, às sés de Lugo e de Orense.

— Segundo a *Crónica de Braga*, os bispos Vistrário de Lugo e Crescónio de Iria, com vários religiosos e nobres, pediram a D. Garcia que mandasse restaurar a Igreja de Braga e nomear bispo para ela — *rogaverunt eum ut ecclesiam Bracarensem iuberet restaurari et episcopum in ea ordinari*.

O rei não só acolheu benignamente a ideia como empregou os melhores esforços para constituir dote suficiente para a sua restauração, rogando aos magnates de Santiago lhe restituissem os bens que possuíam em Braga, em troca dos quais lhes daria o mosteiro real de Cordário — *et accepit ab eis omnia que ipsi habebant apud Bracaram*, tendo-se dado esta permuta em 1071 — *Facta fuit hec concambiatio in Era M.ª C.ª VIII.ª*.

Com estes bens constituiu o dote da igreja Bracarense, que os ditos prelados começaram a restaurar em honra da Virgem Maria — *et ceperunt ipsi iam nominati pontifices edificare Bracarensem ecclesiam in memoriam Beate Dei Genitricis Marie*.

Sobreveio, porém, a luta entre os dois irmãos antes de Braga ter bispo, que veio a ser nomeado por D. Sancho, mas sem qualquer dote. Este rei, com efeito, nada lhe deu e os habitantes de Santiago, aproveitando-se das discórdias, usurparam a Braga o dote entregue por D. Garcia — *Rex deinde Sanctius fecit ordinari Petrum Bracarensem episcopum sed nihil ei contulit neque de suis neque ea que iam frater eius Garcia dederat*.

— D. Elvira, na doação a Vistrário, bispo de Lugo, feita a 29 de Julho de 1071, diz que seu pai Fernando Magno, depois de ter conquistado diversas terras aos Sarracenos, pensou em restaurar

(27) O *Papado e Portugal*, p. 8, notas (1) e (3); *Diss. Chron.*, III, P. I, p. 9, nota (a); *Fastos*, I, p. 185 e ss. Este documento foi também transcrito nos *Rerum Memorabilium* da sé de Braga e publicado em latim com a tradução portuguesa por António Brandão, *Monarchia Lusitana*, III fl. 10, onde lhe chama *relação*, e por D. Rodrigo da Cunha, *Hist. Eccles. de Braga*, I, p. 470.

as antigas dioceses, morrendo, todavia, antes de o conseguir. Mas D. Sancho, pondo em prática os conselhos do pai — *monita patris initians*, elegeu a Pedro para bispo de Braga e a um outro Pedro para bispo de Lamego — *ordinavit Petrum in Brachara episcopum et alium Petrum in Lamecense sedis* ⁽²⁸⁾.

— No dote à sé de Orense, feito dois dias mais tarde, a mesma princesa atribui, porém, a eleição dos dois referidos bispos e a do de Orense a D. Sancho e a ela própria — *Domnus Sancius rex cum germana sua domna Gilvira (...) elegerunt Petrum episcopum Bracarensem et item Petrum Lamecensem* ⁽²⁹⁾.



As afirmações destes três grupos de documentos não se podem conciliar entre si, porque se contradizem. Vimos, com efeito, que D. Garcia reinou pelo menos até meados de Março de 1071, o que a *Crónica de Braga* confirma, até certo ponto, atribuindo a este ano a permuta dos bens que Compostela possuía em Braga pelo mosteiro de Cordário.

D. Pedro, por sua vez, pondo mesmo de parte o documento de 1 de Maio de 1070, aparece como bispo de Braga a 13 de Janeiro, 19 de Fevereiro e 27 de Março de 1071, mas já devia ser bispo há algum tempo, como o pressupõe a existência dum cabido devidamente organizado nesta altura e, no ano seguinte, a da escola da catedral.

Coexistiram, portanto, ao menos durante meses, o rei D. Garcia e o bispo D. Pedro.

Sendo assim, como atribuir a eleição de D. Pedro ao rei D. Sancho II, após ter vencido e exilado seu irmão D. Garcia? Merecerão inteiro crédito os três documentos que atribuem a D. Sancho a nomeação de D. Pedro?

Eis o problema que precisamos de examinar para chegarmos a uma solução satisfatória.

A *Crónica de Braga* tem de ser utilizada com prudência, porque, de permeio com factos fidedignos, tem vários erros.

Afirma, por exemplo, que foi Ordonho II que doou e subme-

(28) *España Sagrada*, XL, p. 414-417.

(29) *España Sagrada*, XVII, p. 247-250.

teu Braga a Santiago de Compostela — *rex quidam, Ordonius nomine, Bracaram (...) loci Sancti Iacobi tradidit servituram*, misturando factos diferentes.

Com efeito, a pretensa doação e submissão de Braga teria sido feita não em favor de Compostela mas sim de Lugo e por Afonso II, a 27 de Março de 832 e a 1 de Janeiro de 841, e por Afonso III, a 6 de Julho de 899⁽³⁰⁾.

A pretensa doação a Compostela não abrangia toda a cidade de Braga, mas exclusivamente a igreja de S. Vítor, desta cidade, e a de S. Frutuoso, nos arredores. Não se trata rigorosamente duma submissão — *tradidit servituram*, porque Santiago não era ainda sede de diocese, que se conservou em Iria Flávia até 5 de Dezembro de 1095⁽³¹⁾.

Ordonho II limitou-se a confirmar, por carta de 1 de Setembro de 915, as falsas doações a Lugo, atribuídas a Afonso II e III, e a doação de Afonso III a Compostela, a que acrescentou a igreja da Correlhã, por carta de 30 de Janeiro também de 915. O autor da *Crónica de Braga*, que aceita estes falsos documentos forjados por Paio de Oviedo e outros, complicou ainda mais a questão, misturando factos muito diversos.

Pior é ainda a sua atitude relativamente a D. Pedro, de quem se mostra inimigo, acusando-o de pessoa de pouco merecimento — *non fuit talis meriti ut carus amicus fieri posset* e de pastor preguiçoso e inútil, que, ao ser deposto, deixou a diocese na miséria — *Bracarensis autem ecclesia, ob segnitiem inutilis pastoris pauperrima remansit*.

Ora esta apreciação tão desfavorável de D. Pedro está em flagrante contradição com mais de setenta documentos do Arquivo de Braga, dos quais se conclui que D. Pedro foi zeloso, incansável e um dos maiores prelados que até hoje teve a metrópole Bracarense.

Frei António Brandão foi, que saibamos, o primeiro a chamar a atenção para o pouco crédito que merece a *Crónica de Braga* — «Advirto os leitores que do Bispo Dom Pedro, de quem não trata bem esta relação, temos melhores informações por outras escrituras do mesmo Livro Fidei, a que dou mais crédito»⁽³²⁾. Entre

(30) *Fastos*, I, p. 115, 151-155, 167 e 185. *Études Historiques*, p. 150-160.

(31) *Études Historiques*, p. 129.

(32) *Monarchia Lusitana*, III, fl. 12.

essas escrituras escolhe e traduz o documento n.º 145 do *Liber Fidei*, que traça a verdadeira imagem deste prelado, no fim da primeira parte dos documentos, em que o mesmo intervém — «Este é o inventario das heranças que o Bispo de Braga D. Pedro, de santa memoria, adquiriu por sua virtude. Porque, como a Igreja de Braga estivesse destruída e não tivesse pastor que a defendesse, o veneravel Pedro recebeu o officio de seu prelado e, das muitas herdades que antigamente pertenceram a esta metropole, recuperou, segundo as suas forças, todas as que atrás ficam nomeadas e, não satisfeito com isso, trabalhou incansavelmente, enquanto viveu, para que a sua Igreja alcançasse a honra e dignidade, que lhe eram devidas» — *ipse venerabilis Petrus (...), dum vixit, ad honorem sue ecclesie recuperandum vehementer desudavit.*

Esta apreciação tão favorável é a conclusão lógica dos primeiros quarenta e oito documentos referentes a D. Pedro, a qual se confirma com outros da segunda parte do *Liber Fidei* e de outras colecções do Arquivo de Braga.

À sua deposição, esta Igreja não estava *pauperrima*, como injustamente diz o autor da *Crónica de Braga*, pois tinha, segundo o doc. 145, recuperado boa parte das antigas propriedades dessa Igreja e adquirido outras de novo, o que lhe permitiu constituir um dote suficiente para promover a sagração da sua nova catedral em 28 de Agosto de 1089⁽³³⁾.

Mais ainda, D. Pedro organizou o censal de Braga, que é hoje o mais antigo e importante da Europa Ocidental, como esperamos demonstrar noutro trabalho.

Este precioso documento, que garantia à catedral um rico dote e revela uma organização paroquial da diocese superior à que temos hoje, bastava só por si para immortalizar a sua memória.

Temos, por conseguinte, de concluir que se não podem tomar a sério as afirmações da *Crónica de Braga* relativas ao bispo D. Pedro.

Passando agora a D. Elvira, verificamos que ela, na doação ao bispo de Lugo, atribuiu a iniciativa da restauração de Braga a seu pai Fernando Magno e a seu irmão D. Sancho, omitindo os esforços dos bispos Vistrário e Crescónio, dos religiosos e nobres e de D. Garcia, a que a *Crónica de Braga* se refere.

(33) Arquivo Distrital de Braga, Gav. 2.ª das Propriedades do Cabido, doc. 138.

Se Fernando Magno teve realmente intenção de restaurar as dioceses dos territórios que conquistara, como era natural, de estranhar seria que de 1065 a 1071 ninguém mais pensasse nisso e esperassem a chegada de D. Sancho II ⁽³⁴⁾.

Na doação da mesma princesa a Orense, apenas dois dias posterior, a iniciativa passa já a pertencer a esta princesa e a D. Sancho sem qualquer referência a Fernando Magno nem aos outros.

Esta diferente maneira como D. Elvira encara o problema da restauração das dioceses, que aliás está em desacordo com outros documentos, parece-nos indicar que houve da parte dela o propósito de ocultar todo o bem que tinha feito D. Garcia, enquanto rei, e do qual tanto ela como seu irmão D. Sancho II eram inimigos declarados.

Consequentemente, as suas afirmações são suspeitas neste aspecto, o que tira o valor probativo das suas cartas relativamente à eleição de D. Pedro.

Poder-se-á, todavia, objectar — D. Pedro, subscrevendo como confirmante estas doações de D. Elvira, sancionou as referências à sua eleição, que, portanto, se devem admitir como verdadeiras.

Esta objecção teria realmente valor, se D. Pedro tivesse assistido às referidas doações e lhes apusesse a sua assinatura autógrafa.

É, porém, sabido que era vulgar mencionarem-se como confirmantes pessoas ausentes e é este o caso que se dá com D. Pedro relativamente às doações em questão.

Na verdade, a subscrição de D. Pedro na doação a Lugo é

(34) Foi talvez esta a razão que levou D. Rodrigo da Cunha (*Hist. Eccl. de Braga*, I, p. 466) a supor que D. Garcia começara a restauração ainda em vida de seu pai: «Nestes termos hia El-Rey Dom Garcia com a restauração de Braga e sua Igreja, quando sendo Deos servido levar pera sy a ElRey Dom Fernando subitamente parou, ou pera melhor dizer, desandou tudo com novas guerras, que logo se seguirão. Porque descontente Dom Sancho (...) levantou grandes exercitos primeiro contra seu irmão Dom Garcia, depois de varios sucessos o veo a prender, e se fez senhor de seus estados». A documentação que citamos prova que a restauração não começou tão cedo nem parou subitamente com a morte de Fernando Magno, pois só começou depois desta. Idêntica afirmação fez Lousada: «Aera M. C. II (ano 1064) rex domnus Garsias Portugaliæ cepit ædificare templum Sanctæ Mariæ Bracarensis mense Martio. Postea vero inchoatum fuit a comite Henrico et ab archiepiscopo domno Geraldo» (Arq. Dist. Braga, Ms. de Lousada, fl. 11). Não merecem crédito as afirmações deste conhecido falsário, que data o combate entre D. Garcia e D. Sancho do ano 1050 (*Aera 1088*), quando ele foi em 1071.

Petrus Bracharensis episcopus confirmo e na doação a Orense *Petrus episcopus Bracarensis confirmo* ⁽³⁵⁾.

Ora a assinatura autógrafa de D. Pedro, de que há ainda cinco originais e algumas cópias, é inconfundível — *Petrus Bragarensis episcopus confirmo*, seguida do seu sinal privativo, em cujas hastes se entrelaçam as letras da palavra *Petrus* e ao lado a divisa *nec mutetur*, elementos estes que faltam nas subscrições acima referidas ⁽³⁶⁾.

Não sendo autógrafa a sua assinatura, D. Pedro não tem responsabilidades nas afirmações feitas nesses documentos.

Em conclusão, não merecem crédito as passagens da *Crónica de Braga* e das doações de D. Elvira às sés de Lugo e Orense que atribuem a nomeação do bispo de Braga D. Pedro ao rei D. Sancho II.

Nada obsta, por conseguinte, a que se date a restauração de Braga e a nomeação do seu bispo D. Pedro do ano 1070, atribuindo-as, porém, à iniciativa de D. Garcia e não à de D. Sancho, como se tem dito.

P. AVELINO DE JESUS DA COSTA
(*Bolseiro do Instituto de Alta Cultura*)

(35) *España Sagrada*, XL, p. 417, e XVII, p. 250.

(36) *Diplomata et Chartae*, n.º 514 (Torre do Tombo, Mitra de Braga) e 736, e Arquivo Distrital de Braga, Gav. 1.ª das Igrejas, doc. 188; Gav. 2.ª das Igrejas, doc. 151; Gav. 2.ª das Propriedades de Cabido, doc. 138, e *Liber Fidei*, docs. 601, 604, 606, 608, 617, 618, etc.